



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

MONICA DA SILVA OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
SAÚDE COLETIVA
NÚCLEO DE SAÚDE COLETIVA

MONICA DA SILVA OLIVEIRA

IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA

TCC apresentado ao Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharelado em Saúde Coletiva.

Orientador: Dr. Darlindo Ferreira de Lima

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Monica da Silva.

Implicações da Pandemia do COVID-19 na saúde mental de adolescentes:
uma revisão narrativa / Monica da Silva Oliveira. - Vitória de Santo Antão, 2023.
39

Orientador(a): Darlindo Ferreira de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Saúde Coletiva, 2023.

1. Saúde mental. 2. Pandemia. 3. Adolescentes. I. Lima, Darlindo Ferreira
de. (Orientação). II. Título.

610 CDD (22.ed.)

MONICA DA SILVA OLIVEIRA

**IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO NARRATIVA**

TCC apresentado ao Curso de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva

Aprovado em: 22/09/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Darlindo Ferreira de Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Jose Marcos da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o Mychelson Santana da Silva Santos (Examinador Externo)
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão- UNIVISA

Dedico este trabalho ao Kim Namjoon.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me ajudado até aqui. Agradeço também a minha mãe que sempre me ajudou e me deu colo em todos os momentos em que precisei. Por sempre ter acreditado em mim e ter me dado forças quando precisei. Agradeço aos amigos que torceram por mim, mesmo que de longe, que acreditaram e me ajudaram, e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram nessa jornada. Sou muito grata a todos vocês.

RESUMO

O Objetivo do trabalho é refletir sobre as implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos adolescentes a partir de periódicos científicos. Sobre a metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, teórica que adotou o tipo de pesquisa de revisão narrativa da literatura. Para realizar a pesquisa, foi realizada uma busca no portal de periódicos CAPES, com os descritores “adolescentes”, “saúde mental” e “pandemia”. Foram incluídos trabalhos científicos publicados no período de 2016 a 2023, disponíveis online, de acesso aberto e escritos em português, que discutiam os impactos da pandemia na saúde mental de crianças e adolescentes. Realizou-se um levantamento bibliográfico para discutir como estava a discussão sobre saúde mental dos adolescentes a partir da literatura no Brasil antes da pandemia e depois da pandemia. Selecionou-se então, materiais publicados nos anos de 2016 a 2023, onde após a aplicação dos itens de exclusão, selecionou-se 24 publicações, sendo 13 publicações de antes do surgimento da pandemia da COVID-19, e 11 publicações depois do surgimento da pandemia da COVID-19. A partir dos achados, conclui-se então a partir dos resultados encontrados que a pandemia da COVID-19 contribuiu para piora no quadro de adoecimento dos adolescentes brasileiros, agravando ainda mais o processo de adoecimento que já era delicado mesmo antes do coronavírus. Também evidencia-se que muitos dos problemas que a rede de serviços apresentava antes da pandemia não foram solucionados, pelo contrário, foram intensificados e dessa forma a saúde mental dos adolescentes foi impactada negativamente.

Palavras-chave: adolescentes; saúde mental; pandemia.

ABSTRACT

The objective of the work is to reflect on the implications of the COVID-19 pandemic on the mental health of adolescents based on scientific journals. Regarding the methodology, it is a descriptive, theoretical qualitative research that adopted the type of narrative review research of the literature. To carry out the research, a search was carried out on the CAPES journal portal, with the descriptors “adolescents”, “mental health” and “pandemic”. Scientific works published between 2016 and 2023, available online, open access and written in Portuguese, were included, which discussed the impacts of the pandemic on the mental health of children and adolescents. A bibliographical survey was carried out to discuss the discussion about adolescent mental health based on literature in Brazil before the pandemic and after the pandemic. Materials published in the years 2016 to 2023 were then selected, where after applying the exclusion items, 24 publications were selected, 13 publications from before the emergence of the COVID-19 pandemic, and 11 publications after the emergence of the COVID-19 pandemic. From the findings, it can be concluded from the results that the COVID-19 pandemic contributed to the worsening of the illness of Brazilian adolescents, further aggravating the illness process that was already delicate even before the coronavirus. It is also evident that many of the problems that the service network presented before the pandemic were not resolved, on the contrary, they were intensified and thus the mental health of adolescents was negatively impacted.

Keywords: adolec; mental health; pandemics;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição do título, ano e objetivos dos artigos encontrados no período de 2016 a 2019. 20

Quadro 2 – Descrição do título, ano e objetivos dos artigos encontrados no período de 2020 a 2023. 27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
3 OBJETIVOS	19
4 METODOLOGIA	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
6 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental dos adolescentes pós pandemia tem sido alvo de cada vez mais preocupação devido ao crescente aumento de transtornos psíquicos desenvolvido pelo grupo (OPAS, 2021). De acordo com Tavares (2021), a crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19 foi uma das principais alavancas para piora desse quadro que já era delicado antes mesmo do coronavírus. Fatores associados ao contexto epidêmico como: estresse, pânico disseminado, fake news, preocupação pedagógica, familiar e afastamento do convívio social, somado à desorganização e omissão do governo federal de atuar no cenário de crise, foram os principais contribuintes para a piora do quadro de adoecimento dos adolescentes.

Historicamente, desde a redemocratização do Brasil e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, a saúde mental de adolescentes é algo deixado em segundo plano. Desde a mobilização social por um sistema público de saúde que se iniciou no Brasil, junto à reforma sanitária e luta antimanicomial, a atenção à saúde desse grupo foi colocada de lado e só retomada posteriormente, e ainda assim, marcada por uma assistência fortemente hospitalocêntrica e punitiva (ROSSI et al., 2019).

De acordo com Costa e Lotta (2021), as políticas de cuidado em saúde mental foram constituídas na psiquiatria institucionalizada, com enfoque punitivo e de contenção. Neste contexto, a partir da década de 1970 começaram a surgir as primeiras políticas de cuidado em saúde mental como resposta à crise do modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico somado à luta por direitos sociais, porém de forma macro e sem grandes especificidades. Surgem então, a partir de 1998, os primeiros Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) e os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) no Brasil, porém observa-se que o cuidado para crianças e adolescentes era ofertado de forma tradicional e sem o desenvolvimento de uma política específica (BRASIL, 2005).

Junto ao processo de redemocratização do país e a luta pela reforma psiquiátrica, surge o debate sobre se pensar a criança e o adolescente como cidadãos, que foram garantidos na constituição de 1988, e resultou na promulgação da lei nº 8069/90 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este dispositivo enfatizou a necessidade do Estado em garantir direitos fundamentais como: a proteção integral desses sujeitos, com a constituição de ambientes e de vínculos sociais e familiares afetivos, o pertencimento a um território e a seu tecido social, a educação em escolas, a promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 2005).

Somente depois de 2001, com a implantação da política de saúde mental e as

discussões sobre a estruturação do projeto de Lei 10.216, conhecido como lei Paulo Delgado, que tinha como principal objetivo a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país, foi que o debate sobre a saúde mental de crianças e adolescentes de fato ganhou mais relevância e atenção. A partir de então, a temática volta a ganhar atenção dos órgãos públicos, devendo estar em conformidade com as diretrizes da reforma psiquiátrica brasileira e os princípios do ECA (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019).

Porém, nos últimos anos a discussão sobre o desenvolvimento de estratégias de cuidado para adolescentes tem sido enfraquecido devido aos diversos ataques que o SUS vem sofrendo, desde o desfinanciamento e congelamento de gastos, até o incentivo da volta de hospitais psiquiátricos e o uso do eletrochoque como tratamento dentro desses espaços que deveriam ser de cuidado. Alguns exemplos dessas ações se mostram através da aprovação de mecanismos como a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, e da Portaria nº 3588 de 21 de dezembro de 2017 por exemplo.

Considerando que a atenção a saúde mental de adolescente no país ainda é marcada pela desatenção e que, portanto, precisa ser discutida nos espaços de gestão e desenvolvimento de políticas públicas no âmbito do SUS, é imprescindível que se discuta quais as implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental em adolescentes?

JUSTIFICATIVA

Como pode ser observado, a fragilização da atenção à saúde mental é algo presente desde a criação do sistema de saúde brasileiro na década de 1980 e perdura até os dias atuais, apesar dos esforços e dos inúmeros debates que vêm acontecendo nos últimos anos. O SUS ainda precisa ser fortalecido e o Estado precisa engajar e executar políticas públicas voltadas para os adolescentes, e desse modo surge o interesse por buscar e compreender a atenção à saúde mental dos adolescentes no Brasil.

Dessa forma, o interesse por esta temática surge devido a lacuna de estratégias consolidadas no âmbito do SUS e dentro de espaços de vivência dos adolescentes, além do atual contexto no qual há o crescente número de transtornos mentais causados pelo período mais crítico da pandemia, além da falta de suporte do Estado para ações de cuidado, proteção e recuperação para esse grupo.

Além disso, não oferecer um cuidado integral para esse grupo os lança para uma vida adulta sem qualidade, marcando suas vivências ao sofrimento contínuo e até mesmo à piora

de seus agravos com o passar dos anos. A garantia de cuidado para todos os grupos deve estar intimamente ligada à ideia de sujeito, cidadania e direito, e deve ser ofertado dentro do SUS com qualidade e de forma gratuita.

A discussão sobre a fragilização do cuidado em saúde mental para adolescentes pode ser usada como um espaço de entendimento, de elaboração para possíveis caminhos para oferta do cuidado integral e universal, e deve estar presente dentro dos espaços de pesquisa e formação de profissionais de saúde, e deve compor pautas de discussão dentro da gestão e operacionalização do SUS. Além disso, a discussão tem potencialidade para ocupar espaços como escolas, comunidades e até mesmo o ambiente familiar no qual esses adolescentes estão inseridos.

Logo, o desenvolvimento de estudos nessa temática pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias de cuidado para adolescentes no âmbito da saúde mental, de acordo com os princípios e diretrizes do sistema único de saúde, além de dar maior atenção ao tema, e dessa forma a possibilidade de desenvolvimento de estratégias de cuidado e a oferta de serviços de saúde conforme garantidos na Constituição Federal de 1988.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A adolescência compreende um processo de desenvolvimento biopsicossocial, e por isso o indivíduo pode ficar vulnerável ao desenvolvimento de diversos transtornos mentais. A pandemia originada pelo vírus SARS-CoV-2, capaz de causar doença respiratória aguda leve, moderada e grave, foi o principal combustível para o aumento de problemas psíquicos nos últimos anos, e embora na maioria dos casos as pessoas contaminadas pela COVID-19 apresentem sintomas leves, alguns casos ainda terão necessidade de cuidados médicos mais intensivos a depender das condições de saúde como a presença de comorbidades pelo indivíduo, ou outros fatores condicionantes de adoecimento (OPAS, 2021).

De acordo com Miliauskas e Faus (2020), durante a pandemia muitos grupos ficaram mais vulneráveis ao sofrimento psíquico do que outros, e os adolescentes foram um dos grupos que possuíam maiores riscos de adoecimento sobretudo em função do processo de desenvolvimento biopsicocultural. Por conta da necessidade de isolamento causado pela pandemia, esse processo de maturação biopsicossocial foi comprometido graças ao fechamento de espaços de vivência que esses grupos frequentavam, e dessa forma suas relações afetivas foram comprometidas. Assim, transtornos como estresse, ansiedade, depressão e até mesmo uso abusivo de álcool e outras drogas aumentaram ainda mais nesses grupos (MILIAUSKAS; FAUS, 2020).

De acordo com dados da UNICEF (2021), o transtorno mental é uma das principais causas de morte em adolescentes entre 10 e 19 anos. As incertezas sobre o futuro, a educação e o próprio vírus da COVID-19 foram os principais gatilhos para o desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão durante a pandemia da COVID-19 (OMS, 2021).

Algumas estratégias foram recomendadas por órgãos governamentais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), orientando instâncias como o Ministério da Saúde, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde para o enfrentamento da COVID-19, sendo ações de caráter individual como uso de máscaras, aplicação de álcool em gel nas mãos, lavar as mãos frequentemente, evitar espaços com aglomerados de pessoas, e medidas coletivas como o distanciamento físico e a quarentena. Enquanto a estratégia da quarentena deve ser utilizada para frear a disseminação do vírus por pessoas infectadas, realizado de forma individual e deve ser executado para todos que testaram positivo para a COVID-19, o distanciamento físico também é uma estratégia coletiva de evitar aglomerações populacionais desnecessariamente e diminuir o risco de transmissão do vírus entre as pessoas (DIAS et al.,

2020).

Além dos danos biomédicos causados pelo vírus, outras problemáticas surgiram no meio social, cultural, econômico, políticos e principalmente psicológicos. O enfrentamento a pandemia sofreu diversos obstáculos na elaboração de respostas adequadas para o enfrentamento da nova doença, tais como: a desigualdade social, o difícil acesso aos serviços de saúde no SUS por algumas pessoas, a ineficiência do governo federal em oferecer proteção para a população, e até mesmo a impossibilidade de se realizar o isolamento de maneira adequada devido a questões socioambientais e econômicas (FIOCRUZ, 2021).

O contexto de crise da saúde que o mundo enfrentou a partir de 2020 com a chegada do novo coronavírus foi um fator importante para piorar uma situação que já era delicada antes mesmo da pandemia para os adolescentes, pois a limitação de convívio social como o cancelamento das aulas e fechamento das escolas, falta de suporte dos membros familiares e desassistência do governo somados às mortes e desemprego foram fatores cruciais para agravamento de uma realidade que já era desassistida anteriormente. Além disso, de acordo com Binotto, Goulart e Pureza (2021), a adolescência é um período delicado do desenvolvimento humano por ser mais vulnerável ao desenvolvimento de transtornos mentais e a pandemia contribuiu para o aumento de agravos neste grupo (BINOTTO, 2021).

Dessa forma, a necessidade de cuidado em saúde mental para adolescentes é de suma importância e deve ser feito de forma efetiva para garantia de assistência de forma integral dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com Rossi et al. (2019), a atenção em saúde mental de adolescentes no Brasil é marcada pela omissão, exclusão e assistência fortemente institucionalizada e, embora o assunto tenha ganhado mais atenção nos últimos anos com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSij), ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, principalmente para os adolescentes (ROSSI et al., 2019).

Apesar de ser importante, as estratégias de cuidado em saúde mental para adolescentes no Brasil surgiram de forma tardia como política pública. A saúde mental no Brasil ganhou destaque a partir da década de 1970 com a reforma sanitária brasileira, onde se iniciou o debate sobre a necessidade de atenção à saúde mental fugindo do modelo hospitalocêntrico e seus tratamentos psíquicos. No ano de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) é instituído e a saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado (BORGES; BAPTISTA, 2008).

Após a implementação do SUS, constituiu-se a política de saúde mental com enfoque na integração dos cuidados para os indivíduos em sofrimento psíquico. A política foi constituída com a participação de usuários do SUS que protagonizaram a luta pela garantia e o

direito aos cuidados em saúde mental, porém a discussão sobre inclusão de adolescentes só foi iniciada depois dos anos 2000. Antes disso, as ações de cuidado para o público mais jovem eram restritas a ações assistenciais de caráter disciplinar (COUTO; DELGADO, 2015).

O SUS hoje possui hoje os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) que são serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) instituído no Brasil em 2011 pela portaria MS/GM nº 3.088, e é responsável por ações estratégicas dentro do território para usuários que necessitam de atenção em saúde mental pelo sistema único de saúde. A rede prevê além de ações estratégicas e discussões, o acolhimento, atendimento e ações de reabilitação psicossocial intersetorial e intrasetorial. A saúde mental no sistema de saúde SUS deve articular a prática, reflexão e a desconstrução de saberes com enfoque na desinstitucionalização das práticas de cuidado e dos modelos assistenciais, considerando as formas de existência de cada indivíduo e relacioná-las às suas condições de vida e, desse modo, buscar estabelecer novas relações (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019).

A rede também está prevista para entender que o sujeito com sofrimento psíquico é, antes de qualquer coisa, um cidadão, por meio do diálogo entre a política e o direito, fundamental na luta pela garantia do direito ao cuidado integral e na constituição de uma política de saúde mental efetiva (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019). É preciso considerar também que estudos já relacionados sobre a saúde mental de adolescentes podem estar relacionados a diagnósticos psiquiátricos e ao cuidado individualizante sem se atrelar com os diversos fenômenos sociais que estão presentes no cotidiano dos adolescentes, que deveriam estar inseridos dentro das demandas dos serviços a fim de ampliar o contato com esse grupo e tornar o cuidado com maior rapidez na identificação dos problemas e ampliar a intervenção do cuidado (ROSSI et al., 2019).

A atenção ao cuidado em saúde mental precisa ser sempre o indivíduo, sua existência complexa e não a doença com enfoque unicausal. Desse modo, é necessário que novas formas de atenção sejam realizadas e que se reconstrua novas formas de produção de cuidado, e assim as instituições de cuidado deixarão de ser normativas e disciplinares e passarão a ser orientadas sob a ótica da complexidade dos sujeitos e seus modos de sofrimento (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019).

Existem ainda muitos desafios para a construção de uma política de saúde mental para adolescentes de maneira integral no Brasil, porém sua construção necessita estar enraizada com a perspectiva de cidadania, dentro de um processo contínuo pela luta da garantia de direitos. Embora tenha havido avanços na construção de uma política de cuidado voltada para adolescentes, é preciso investimento e discussões contínuas para garantia do cuidado psíquico

integral (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

Refletir sobre as implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos adolescentes a partir de uma revisão bibliográfica narrativa;

3.2 Objetivos Específicos:

- Fazer um levantamento bibliográfico sobre a saúde mental em adolescentes no período de 2016 a 2023;
- Identificar os possíveis efeitos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos adolescentes no período de 2020 a 2023.
- Analisar as implicações das políticas públicas a partir dos efeitos da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos adolescentes sob a óptica do SUS.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, teórica que adotou o tipo de pesquisa de revisão narrativa da literatura. De acordo com Paiva (2008) a pesquisa narrativa é uma revisão não sistemática da literatura, um método que consiste em coletar dados sobre determinado assunto para entendê-lo. Os dados podem ser obtidos através de entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo.

Para realizar a pesquisa, foi realizada uma busca no portal de periódicos CAPES, com os descritores “adolescentes”, “saúde mental” e “pandemia”. Foram incluídos trabalhos científicos publicados no período de 2016 a 2023, disponíveis online, de acesso aberto e escritos em português, que discutiam os impactos da pandemia na saúde mental de crianças e adolescentes. Não foram incluídos estudos escritos em língua estrangeira, estudos que abordem apenas crianças, estudos em português, mas que o local de estudo não era o Brasil e estudos que não estão disponíveis na íntegra *on-line*.

Inicialmente, foram encontrados 54 resultados publicados durante o período de 2016 a 2023 com os descritores “saúde mental”, “adolescentes” e “pandemia”, de acesso aberto e escritos em português. Após uma seleção detalhada dos artigos, foram admitidos 24 artigos para análise. Posteriormente, os artigos foram separados em antes e durante o período pandêmico para se analisar como estava o cenário antes do surgimento da COVID-19 e como ficou depois

Por se tratar de uma pesquisa com dados secundários, e desse modo não oferecer nenhum tipo de risco aos seres humanos, o presente trabalho não foi submetido ao comitê de ética CEP/CONEP de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do contexto da pandemia da COVID-19 e o aumento do desenvolvimento de transtornos mentais causados pelas incertezas que emergiram com o aparecimento do coronavírus, surgiu-se também a importância de se refletir sobre as implicações da pandemia do coronavírus na saúde mental dos adolescentes. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa do tipo revisão bibliográfica narrativa para discutir as implicações da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos adolescentes a partir de uma revisão bibliográfica.

Nesta primeira etapa, após aplicação dos itens de exclusão como: escritos em língua estrangeira, estudos que abordem apenas crianças e estudos que não estão disponíveis na íntegra e estudos realizados fora do país, selecionou-se 24 publicações através dos bancos de dados do CAPES. Destes, 13 foram estudos realizados antes do período pandêmico. Abaixo está o quadro 1 com o título de cada trabalho encontrado publicado no período de 2016 a 2019.

Quadro 1- Descrição do título, ano e objetivos dos artigos encontrados no período de 2016 a 2019

TÍTULO DO ARTIGO e ANO	OBJETIVO
A1- Acolhimento Coletivo como Espaço de Cuidado: Uma Análise das Demandas em Saúde Mental na Adolescência 2019	Abordar a experiência da modalidade de acolhimento estabelecida por um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como ferramenta para o cuidado e a promoção da saúde mental de adolescentes
A2- Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas 2016	Problematizar as possibilidades de constituição de cuidado em saúde mental tomando a criança e o adolescente como capaz de afetar-se e produzir afetos no outro
A3- Entre Saúde Mental e a Escola: a Gestão Autônoma da Medicação 2017	Analisar algumas questões em relação à medicalização da infância e as relações tecidas entre escola e saúde mental.
A4- Saúde Mental Infantojuvenil: Desafios da Regionalização da Assistência no Brasil 2018	Discutir a atenção psicossocial infantojuvenil no Brasil

<p>A5- Fatores que interferem no acesso aos serviços de saúde mental por crianças e adolescentes 2018</p>	<p>Identificar fatores que dificultam ou facilitam o acesso aos serviços de saúde mental por crianças e adolescentes, em situação de acolhimento institucional.</p>
<p>A6- Perfil e demandas de saúde de adolescentes escolares 2019</p>	<p>Identificar o perfil e as demandas de saúde de adolescentes escolares no Município de Divinópolis, Minas Gerais</p>
<p>A7- Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação 2019</p>	<p>Evidenciar os principais percursos das produções de políticas públicas e legislações de saúde mental de crianças e adolescentes</p>
<p>A8- Saúde mental de adolescentes internados no sistema socioeducativo: relação entre as equipes das unidades e a rede de saúde mental. 2018</p>	<p>Analisar como os profissionais das equipes de saúde mental do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, Brasil, percebem as relações estabelecidas com a Rede de Atenção Psicossocial para atenção às questões de saúde mental dos adolescentes que cumprem medida de internação.</p>
<p>A9- Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações 2018</p>	<p>caracterizar a produção científica sobre políticas e programas de saúde de adolescentes no Brasil e em Portugal no período 2010-2017</p>
<p>A10- Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação 2019</p>	<p>Analisar a condição de vida de famílias em vulnerabilidade social e seu potencial relação com bem-estar, saúde mental e a participação escolar das crianças e adolescentes</p>
<p>A11- Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde 2019</p>	<p>identificar como tem se dado o cuidado à saúde mental de adolescentes, sob a ótica de profissionais vinculados a serviços de ABS</p>
<p>A12- A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar 2019</p>	<p>Identificar as principais demandas relacionadas ao desenvolvimento emocional e à saúde mental infantil junto a atores do contexto escolar e descrever as possibilidades de intervenções de terapia ocupacional</p>

	nas práticas intersetoriais em saúde mental com enfoque na promoção e prevenção
A13-O cotidiano de adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas: realidades e desafios 2018	Compreender o cotidiano dos adolescentes em relação às drogas, no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPSad) e nos demais contextos de inserção pelos quais transitam, sob a ótica dos próprios adolescentes

Fonte: Oliveira, Monica da Silva, 2023.

Nota: Tabela elaborada pela autora com base nos resultados obtidos na pesquisa.

No artigo A1, os autores discutem que as escolas eram percebidas como principal ambiente de identificação de necessidade de cuidado em crianças e adolescentes, além de acolhimento para trabalhar com problemas com uso de drogas e outras demandas. Além disso, também é destacado a importância de se desenvolver ações de redução de danos, pois esta é uma alternativa à abstinência no tratamento de usuários de substâncias psicoativas.

No segundo artigo selecionado, o A2, os autores discutem sobre o caráter das intervenções psiquiátricas hospitalares, e como essas ações podem ser usadas como instrumento de repressão em alguns grupos sociais. Identificou-se que as internações psiquiátricas eram usadas de forma punitiva e segregadora, principalmente em crianças pobres e pretas, além da falta de preparo estatal para lidar com situações que fogem do comum, com um modo de cuidar rígido e focado na doença e não no indivíduo. O terceiro artigo selecionado, o A3, também fala sobre a medicalização, que pode ser usado como método corretivo principalmente quando há “problemas” de comportamento e dessa forma o uso de medicamentos pode ser usado para moldar o comportamento desses indivíduos. Além disso, os autores também apontam que é preciso sensibilizar profissionais de saúde mental para que o cuidado em saúde seja focado nos indivíduos e não em seus agravos em saúde e buscar estratégias de cuidado que não se limitem apenas ao medicamento.

O artigo A4 discute a urgente necessidade de investimento em assistência à saúde mental infantojuvenil para que se garanta uma melhor distribuição em todas as regiões do país, em especial no Norte e Centro-Oeste do país, pois há uma grande concentração de serviços de atendimento principalmente no Sul e Sudeste. Os autores também apontam para a fragmentação e dificuldade de integração das ações entre os serviços e seus respectivos pontos

de atenção em um mesmo território e/ou região de saúde. O artigo A5 faz uma discussão sobre os fatores que interferem no acesso aos serviços de saúde. Dentre alguns fatores, há a falta de capacitação profissional para acolher a demanda dos adolescentes nos serviços de saúde, a falta de especialização no atendimento e estrutura dos serviços. De acordo com os autores, a reinserção social pode ser um fator contribuinte no acesso de adolescentes aos serviços de saúde.

No artigo A6, os autores discutem que adolescentes possuem demandas de saúde que não estão sendo devidamente assistidas pelos serviços de saúde. Aspectos relacionados à saúde mental fragilizada, uso de álcool e outras drogas, bem como consumo alimentar não saudável, sexo inseguro, sedentarismo, uso por tempo prolongado de eletrônicos e envolvimento com situações de violência foram identificadas como as demandas de saúde que necessitam de intervenções mais urgentes pelos profissionais de saúde e da educação. Importante destacar a necessidade da interprofissionalidade e intersetorialidade na Atenção Primária à Saúde no que se refere à assistência aos adolescentes.

Já em relação ao artigo A7, os autores discutem que apesar das fragilidades, a construção de políticas públicas e de modos de atenção em saúde mental, em uma perspectiva de cidadania das pessoas com sofrimento psíquico como é a nossa, mostra-se como um processo contínuo de luta pela construção e efetivação de direitos. São notórios os avanços produzidos no campo da saúde mental infantojuvenil, como a criação e expansão dos serviços para essa população garantidos por meio da legislação e para as mobilizações sociais e políticas na busca por garantir a escuta e a voz de crianças e adolescentes com experiência de sofrimento psíquico, mesmo com suas dificuldades.

No artigo A8 os autores discutem sobre a falta de organização e alinhamento entre as redes de cuidado em saúde mental para crianças e adolescentes privadas de liberdade nos serviços de saúde ofertados pelo SUS devido ao desinteresse e falta de investimento do governo federal para esses usuários.

O artigo A9 aponta-se a importância de considerar o adolescente não apenas como um gerador de problemas, mas como um sujeito com potencial para contribuir com o desenvolvimento do país, e considerar as dimensões social, cultural e coletiva das realidades em que esses adolescentes estão inseridos e considerar a participação e a corresponsabilização deles pode resultar em políticas mais inclusivas e eficazes.

No artigo A10 os autores discutem que na escola, ainda que sejam observados déficits no desempenho destas crianças e adolescentes, não existem estratégias para enfrentar essa realidade. Percebe-se certo sentimento de impotência por parte dos professores, uma vez que

relatam sobre políticas e recomendações provenientes do Governo e que não são passíveis de adequações à realidade encontrada, e a consciência do próprio despreparo e dificuldade em lidar com as situações de vulnerabilidade. Tratar da vulnerabilidade social desses estudantes e relacionar a condição de vida iníqua ao seu comportamento e desempenho na escola trouxe aos professores um outro olhar.

No artigo A11, os autores discutem como a Atenção Básica deve ser entendida como principal referência no desenvolvimento de ações de identificação, proteção e promoção da saúde de adolescentes, entretanto ações específicas para os adolescentes no contexto da AB ainda são insuficientes, sendo um dos principais desafios a adesão do adolescente no serviço, bem como seu acompanhamento; a formação profissional específica para atender a essa faixa etária; a falta de profissionais; e a dificuldade de estabelecimento de estratégias específicas para a atenção a adolescentes, incluindo a articulação em rede.

No artigo A12 é discutido a necessidade de ações intersetoriais entre os campos da educação e da saúde são de extrema importância para que a assistência a crianças e adolescentes ocorra de maneira significativa e integral, na medida em que vislumbramos a atenção ao sujeito dentro de seu próprio contexto social, o processo de cuidado neste campo deve se dar de forma intersetorial, visando à garantia e efetivação dos direitos a essa população, a educação torna-se um dos campos de intervenção da terapia ocupacional, o qual é fundamentado pela interdisciplinaridade.

No artigo A13 os autores discutem como os familiares possuem importante papel no processo de cuidado em crianças e adolescentes em processo de adoecimento psíquico, principalmente os que estão hospitalizados. Além disso, também é importante destacar os impactos da desvinculação desses adolescentes da escola na criação de vínculos, que muitas vezes é negligenciada.

Diante dos artigos encontrados, pode-se perceber que antes da pandemia, o cuidado em saúde mental ofertado pelo SUS era algo fragilizado e que necessitava de sensibilização por parte das políticas públicas de saúde. De acordo com Chaves e Caliman (2017) a medicalização era usada como método corretivo em crianças tidas como anormais pois, uma prática institucionalista que ainda necessita ser superada como esperado pela reforma psiquiátrica. Além disso, também é preciso observar como esse fenômeno afeta principalmente adolescentes pretas e pobres, que são alvos de internações compulsórias com mais frequência por estarem inseridas muitas vezes em situações de vulnerabilidade socioeconômica. Battistelli e Cruz (2016) discutem a falta de preparo estatal para lidar com

comportamentos tidos como problemáticos, como o uso de drogas, pode ser tido como unicausal, sem considerar as diferentes faces do problema.

Outra questão percebida no contexto pré-pandemia foi em relação ao acesso aos serviços de saúde pelos adolescentes. De acordo com Macedo, Fontenelle e Dimenstein (2018), apesar da expansão e diversificação dos serviços de assistência à saúde mental infantojuvenil, é preciso desenvolver estratégias que ampliem a cobertura desses serviços especializados para que se diminuam as desigualdades no acesso a esses serviços, pois observou-se que há uma maior concentração desses serviços no Sul e Sudeste do País, enquanto regiões como Norte e Centro Oeste enfrentam maiores dificuldades na oferta desses serviços. Além disso, os profissionais de saúde apresentavam dificuldades no manejo com alguns adolescentes, e isso pode ser devido a falta de investimento em especialização para que esses profissionais possam dar uma melhor assistência.

Outro fator importante percebido é o papel das escolas, pois de acordo com Fossi e Reinheimer (2019) o ambiente escolar é fundamental na identificação de necessidades de cuidado em adolescentes com demandas de saúde mental, e desse modo, seria interessante a construção de pontes entre as escolas e serviços de saúde para construção de linhas de cuidado mais eficazes. De acordo com Souza, Panúncio-Pinto e Fiorati (2019), ainda que sejam observados déficits no desempenho dos adolescentes dentro das escolas, ainda não existem estratégias para enfrentar essa realidade, ou são extremamente centralizadas e pontuais. Percebe-se ainda certo sentimento de impotência por parte dos professores, pois as políticas e recomendações provenientes do Governo nem sempre podem ser adequadas a todas as realidades encontradas, principalmente com situações de vulnerabilidade.

Nota-se também que mesmo antes da pandemia, já havia discussões sobre ações entre os campos da educação e da saúde para que a assistência à saúde mental dos adolescentes ocorresse de maneira integral. Neste contexto, não se pode deixar de apontar o papel fundamental da Atenção Primária do SUS como principal referência no desenvolvimento de ações de identificação, proteção e promoção da saúde de adolescente. De acordo com Silva et. al (2019), as ações específicas para os adolescentes no contexto da APS ainda são insuficientes, sendo um dos principais desafios a adesão do adolescente no serviço, bem como seu acompanhamento; a formação profissional específica para atender a essa faixa etária; a falta de profissionais; e a dificuldade de estabelecimento de estratégias específicas para a atenção a adolescentes, incluindo a articulação em rede.

Entretanto, de acordo com Braga e D'Oliveira (2019) apesar das fragilidades, a construção de políticas públicas e de modos de atenção em saúde mental, em uma perspectiva

de cidadania das pessoas com sofrimento psíquico, mostra-se como um processo contínuo de luta pela construção e efetivação de direitos. Ainda de acordo com os autores, no campo da atenção à saúde mental infantojuvenil são notórios os avanços produzidos nas diferentes dimensões, com destaque para a criação e expansão dos serviços para essa população garantidos por meio da legislação e para as mobilizações sociais e políticas na busca por garantir a escuta e a voz de crianças e adolescentes com experiência de sofrimento.

Desta forma, é possível observar que a saúde mental dos adolescentes antes da pandemia era marcada por diversas fragilidades quanto a rede de cuidado, tais como: dificuldades no acesso, no vínculo com esses usuários, na qualidade do cuidado que, de certa forma, ainda era bastante institucionalizada, além da própria discussão sobre o tema que ainda se faz pouco falado.

Com os achados publicados após o surgimento da COVID-19, buscou-se compreender quais os possíveis impactos da pandemia na saúde mental dos adolescentes no contexto pandêmico, onde utilizou-se os 11 artigos restantes que foram selecionados durante a pesquisa descritos no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Descrição do título, ano e objetivos dos artigos encontrados no período de 2020 a 2023

TÍTULO DO ARTIGO e ANO	OBJETIVO
B1- Impacto da Pandemia COVID-19 na Saúde Mental de Crianças e Adolescentes com Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção: Um Estudo Transversal 2022	Avaliar a percepção dos cuidadores de crianças e adolescentes com PHDA em relação ao impacto da pandemia no seu comportamento, emoções e rotinas
B2- Ambulatório Médico de Especialidades de Psiquiatria no início da pandemia de COVID-19 2022	Descrever as adaptações realizadas por um serviço público especializado em saúde mental
B3- Narrativas sobre a saúde mental de adolescentes em tempos de coronavírus. 2021	Compreender a saúde mental de adolescentes no período de isolamento social, vivenciado a partir da pandemia de COVID-19,
B4- Promoção da saúde mental de adolescentes e jovens em contextos educativos: elaboração de um guia de cuidado humano 2021	Apresentar o relato de experiência da elaboração de um e-book dentro da temática

B5- Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa 2021	Analisar o impacto ou efeito da pandemia da COVID-19 na saúde mental das crianças e dos adolescentes
B6- PANDEMIA DA COVID-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes 2021	Analisar os níveis de ansiedade, estresse e depressão de adolescentes no contexto da pandemia da COVID-19 e correlacionar os níveis de ansiedade, estresse e depressão com a percepção dos adolescentes sobre os impactos da pandemia em sua vida
B7- COVID-19 E SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES: VULNERABILIDADES ASSOCIADAS AO USO DE INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS 2021	Discutir os impactos do uso de internet e mídias sociais sobre a saúde mental dos adolescentes durante a pandemia de COVID-19
B8- Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação 2022	Compreender as percepções de profissionais da educação sobre as violências contra crianças e adolescentes em contexto de pandemia pela COVID-19
B9- Problemas emocionais e comportamentais em adolescentes no contexto da COVID-19: um estudo de método misto 2022	Estimar a prevalência de problemas emocionais e comportamentais em adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19 e explorar a percepção dos adolescentes sobre os problemas emocionais e comportamentais identificados
B10- Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19 2022	analisar os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a saúde mental dos estudantes durante parte do período de suspensão das aulas presenciais
B11- Saúde mental de crianças e adolescentes na atenção básica durante pandemia: um relato de experiência. 2021	apresentar as estratégias de cuidado a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico intenso e suas famílias, no período da pandemia de COVID-19.

Fonte: Oliveira, Monica da Silva, 2023.

Nota: Tabela elaborada pela autora com base nos resultados obtidos na pesquisa.

Já em relação ao contexto de pandemia, no artigo B1 os autores discutem que se identificou sintomas de ansiedade nos adolescentes durante o período de isolamento, e os principais fatores que justificam o aumento da ansiedade neste grupo etário são o isolamento social, o encerramento temporário das escolas, os desafios associados ao ensino à distância e a incerteza relativa às avaliações. Além disso, o contato com usuários que faziam uso de medicamentos psiquiátricos também deve ter sido comprometido, pois nem todos os serviços de saúde se adaptaram para ofertar seus serviços dentro da nova realidade. Foi possível observar também que pais e cuidadores desses adolescentes e crianças sofreram impactos no período analisado.

No artigo B2 os autores discutem que apesar da paralisação da maioria dos serviços de saúde durante o período de isolamento, houve tentativas de adaptação à nova realidade em alguns serviços de cuidado em saúde mental, mesmo que de forma isolada em apenas algumas cidades do país, mas não foi encontrado nenhum que oferecesse suporte especializado em atendimento infantojuvenil.

Nos artigos B3 e B4 os autores discutem que a pandemia do COVID-19 intensificou condições de sofrimento psíquico pré-existentes, como: sentimentos de solidão, tristeza e depressão. Além disso, vulnerabilidades socioeconômicas, preocupações com vestibular e incertezas sobre o futuro foram fatores importantes no processo de adoecimento entre os adolescentes. Apesar do agravamento, ações de proteção e promoção à saúde se mostraram uma excelente alternativa para promover o cuidado para a faixa etária.

Com o artigo B5, foi possível identificar que houve um possível aumento de abuso e maus tratos dentre os grupos de jovens mais vulneráveis, pois muitos convivem em famílias que não ofereceram suporte emocional adequado porque também estavam tendo dificuldade de lidar com a situação.

Durante o período, adolescentes com níveis significativos de ansiedade, depressão e estresse se sentiram desamparados no que se refere ao cuidado da sua saúde mental, como é possível identificar no artigo B6.

O artigo B7 faz discussão sobre o impacto do consumo de mídias sociais durante o período de distanciamento social. Os autores discutem que, apesar das evidências de que o uso adequado das tecnologias pode favorecer a constituição de redes de convivência por adolescentes em situação de sofrimento psíquico, o consumo desenfreado e sem supervisão de mídias sociais podem acarretar graves consequências.

Também foi percebido no artigo B8 que houve aumento na violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes devido a pandemia do COVID-19, falta de suporte aos professores para que eles possam ajudar vítimas de violência, ausência estatal.

Nos artigos B9, B10 e B11 os autores discutem sobre a falta de integralidade no SUS para oferecer suporte às crianças e adolescentes, o despreparo das instituições de ensino para receber os jovens no cenário pós isolamento, pois é necessário dar maior atenção os contextos socioeconômicos em que esses grupos estão inseridos. Além disso, a evidente necessidade de reestruturação das práticas de saúde mental para atender as demandas que crianças e adolescentes apresentam aos serviços de saúde, de articulação do governo federal para oferta adequada desses serviços. Atenção importante para o papel da APS e da RAPS.

De acordo com os achados no contexto da pandemia, é possível observar que já existiam algumas lacunas referentes ao acesso dos adolescentes aos serviços de saúde antes da pandemia da COVID-19 e o cenário apenas se intensificou, além das demandas que os adolescentes tinham para os serviços que nem sempre recebiam atenção adequada por causa da fragilidade da assistência para esse público. Nota-se também que alguns agravos foram piorados com o cenário pandêmico, como ansiedade e depressão, e apesar das tentativas pontuais de resolução desses problemas por alguns serviços de saúde espalhados pelo país, ainda há necessidade de atenção para a saúde mental dos adolescentes na oferta do cuidado, na capacitação profissional e na oferta de serviços de saúde de forma coordenada e abrangente pelo SUS.

Segundo Ribeiro e Ribeiro (2021) sentimentos ligados ao tédio, tristeza, medo, à culpa, frustração, desânimo, ansiedade, no qual, em alguns casos, crises mais intensas foram relatadas e uma preocupação acentuada com o futuro diante das condições de mudanças impostas a aos adolescentes são apenas a intensificação de uma situação que já era negligenciada antes.

Além disso, observou-se que fatores como a concentração de oferta de serviços em algumas regiões do país e uma falta de capacitação profissional especializada para lidar com os adolescentes também contribuíram para uma piora do cuidado oferecido nos serviços que já apresentavam fragilidades antes da pandemia do COVID-19. E, apesar das tentativas de adaptação para o cenário de pandemia da COVID-19, ainda é possível perceber fragilidades na oferta do cuidado em saúde mental para adolescentes no SUS. De acordo com Binotto, Goulart e Pureza (2021) é possível perceber que os próprios adolescentes se sentem desamparados em relação ao cuidado em saúde mental oferecido a eles. Além disso, fatores como vulnerabilidades socioeconômicas que muito adolescentes vivenciam pode ter

contribuído para aumentar os índices de depressão, estresse e ansiedade, pois com a chegada do coronavírus acontece uma piora na situação econômica com os altos índices de desemprego, e essa situação poderia pressionar os adolescentes e suas famílias, resultando em estresse, violência e em mais problemas de saúde mental.

Pode-se compreender também a partir dos achados que as condições socioeconômicas são marcadores fundamentais para entender o processo de adoecimento mental, pois a vulnerabilidade econômica somada a violências, questões relacionadas a gênero e cor que muitos desses adolescentes são expostos podem contribuir significativamente na piora do processo de adoecimento e desenvolvimento de transtornos mentais (Silva; Santana, 2012).

Observou-se também que a violência intrafamiliar contra adolescentes percebida pelos professores aumentou devido a pandemia do COVID-19, porém não houve suporte para eles pudessem ajudar as vítimas. De acordo com Peterle et al. (2022) nota-se também a falta de integralidade entre as redes de serviços dos SUS, principalmente entre a atenção primária e a RAPS, no desenvolvimento de estratégias de cuidado e combate a questões relacionadas à saúde mental de adolescentes. De acordo com Souza (2019) a APS possui potencialidade para identificar e promover saúde nos territórios onde está inserida, e desse modo, desenvolver ações integradas ao acesso à saúde.

Ainda de acordo com a literatura analisada, foram identificadas poucas estratégias utilizadas pelos serviços de saúde que foram publicados, sendo a maioria criada como resposta geral à pandemia, e os que tiveram foco nos adolescentes, observaram que ações de proteção e promoção à saúde são uma excelente alternativa para promover o cuidado para a faixa etária, mas que ainda há muito a se fazer. Não foi possível identificar nenhuma mudança nas políticas públicas para a assistência em saúde mental para adolescentes.

Além disso, também é importante ressaltar o considerável aumento na violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes devido a pandemia do COVID-19. Segundo Oliveira et. al (2022), as violências intrafamiliares contra crianças e adolescentes sempre ocorreram, mas devido a pandemia outros elementos como isolamento social, maior tempo de contato, dificuldades familiares e conflitos parentais intensificaram o aumento desses casos de violências, porém a falta de suporte do Estado aos professores foi uma grande barreira para que eles possam ajudar vítimas de violência. Somando-se a esse quadro, houve também o despreparo das instituições de ensino para receber os jovens no cenário pós isolamento. De acordo com Vazquez (2022), é preciso que as escolas de maior atenção aos contextos socioeconômicos em que esses adolescentes estão inseridos, e a criação de laços entre o

ambiente escolar e o local onde esses adolescentes vivem pode ser um grande aliado na criação de estratégias de promoção e proteção da saúde mental deles.

Por fim, observa-se a necessidade de discussão sobre políticas de saúde focalizadas na saúde mental dos adolescentes, pois apesar de relevante, o volume de produções ainda é pouco.. É preciso também que a temática seja discutida levando em consideração os diversos aspectos que contribuem no processo de adoecimento deles como fatores econômicos, sociais, gênero, raça para que o cuidado em saúde seja efetivo. Para isso, é preciso que haja maior investimento no cuidado ofertado para o grupo e um maior incentivo para construção de espaços de debates sobre saúde mental dos adolescentes

6 CONCLUSÃO

Conclui-se então a partir dos resultados encontrados que a pandemia da COVID-19 contribuiu para piora no quadro de adoecimento dos adolescentes brasileiros, agravando ainda mais o processo de adoecimento que já era delicado mesmo antes do coronavírus. Também se evidencia que muitos dos problemas que a rede de serviços apresentava antes da pandemia não foram solucionados, pelo contrário, foram intensificados e dessa forma a saúde mental dos adolescentes foi impactada negativamente.

Nota-se, uma fragilidade da rede em sua organização e oferta de serviços voltado para os adolescentes que precisa ser discutida e solucionada, seja em estrutura dos serviços de saúde, a sua distribuição no território, as fragilidades no vínculo e apoio aos profissionais de saúde. Os serviços de saúde que ofereciam algum tipo de cuidado voltado para os adolescentes já tinham dificuldades em sua estrutura antes do surgimento da pandemia, porém apesar das tentativas de discussões realizadas, os investimentos feitos para melhoria da rede foram baixos ou inexistentes, e esse cenário não mudou com a chegada do COVID-19.

Observou-se que houve tentativas de solucionar as dificuldades que os serviços identificavam, porém eram tentativas autônomas de cada unidade, sem uma coordenação específica para gerenciar as ações, e desse modo, os resultados de cada unidade acabavam se dando de forma pontual e de certa forma limitada àquele território. De acordo com as produções achadas, a iniciativa para o cuidado em saúde mental voltada para crianças e adolescentes é um passo importante na garantia de direitos, mas também é preciso investimento e discussão para que se desenvolvam estratégias efetivas.

Também é importante salientar o papel importante da atenção básica na construção do cuidado em saúde mental voltado para os adolescentes, por estar inserida dentro dos territórios e possuir maior potencialidade de criação de vínculo com os adolescentes e os ambientes em que ele esteja inserido, seja o ambiente familiar seja o ambiente escolar e até mesmo a criação de novos espaços de escuta e acolhimento.

Além disso, é possível afirmar que ainda há poucas produções e ações realizadas em relação à saúde mental dos adolescentes, sendo que a maioria das publicações com foco em saúde mental durante a pandemia eram estratégias voltadas para o público em geral. Também em relação às produções encontradas, sua grande maioria discute a importância de considerar aspectos socioeconômicos em que esses adolescentes estão inseridos ao se pensar estratégias

de cuidado, pois estar em situação de vulnerabilidade pode contribuir para piorar o processo de adoecimento desses indivíduos.

Não é possível afirmar com certeza que todos os apontamentos realizados aqui são expressos da mesma forma e em mesma intensidade em todos os serviços de saúde por se tratar de uma revisão narrativa da literatura, e o tema discutido ainda é pouco produzido, o que pode indicar também outra fragilidade sobre a temática. Porém, os achados encontrados podem ser um indicativo das possíveis fragilidades encontradas dentro da rede de serviços do SUS antes da pandemia e o que se perdurou depois.

Conclui-se por fim, a necessidade de se aumentar a discussão sobre saúde mental dos adolescentes e os impactos causados pela pandemia da COVID-19 em suas vidas dentro dos espaços de cuidado do SUS. É preciso também se pensar em linhas de cuidado que sejam sensíveis às diversas realidades em que esses adolescentes estejam inseridos, respeitando sua cidadania e garantindo o seu acesso ao cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

- BATTISTELLI, Bruna Moraes. Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas. **Rev. Polis e Psique**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 187-205, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 30 ago. 2023.
- BINOTTO, Bruna Taís; GOULART, Cláudia Maria Teixeira; PUREZA, Juliana da Rosa. PANDEMIA DA COVID-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. **Psicologia e Saúde em Debate**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 195-213, 13 out. 2021. Psicologia e Saude em Debate. <http://dx.doi.org/10.22289/2446-922x.v7n2a13>.
- BINOTTO, Bruna Taís; GOULART, Cláudia Maria Teixeira; PUREZA, Juliana da Rosa. PANDEMIA DA COVID-19: indicadores do impacto na saúde mental de adolescentes. **Psicologia e Saúde em Debate**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 195-213, 13 out. 2021. Psicologia e Saude em Debate. <http://dx.doi.org/10.22289/2446-922x.v7n2a13>. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/782>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BORGES, Camila Furlanetti; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. O modelo assistencial em saúde mental no Brasil: a trajetória da construção política de 1990 a 2004. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 456-468, fev. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2008000200025>.
- BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 401-410, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.30582016>.
- BRAGA, Claudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 401-410, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.30582016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/g8DhKGKM65b36RLJdDHqhLP/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. Acesso em: 05 de nov. de 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm.
- BRASIL. Constituição (1988). PORTARIA Nº 3.588, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. Acesso em: 05 de nov. de 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Acesso em 29 de out. 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf.

CHAVES, Felipe Alan Mendes. Entre Saúde Mental e a Escola: a Gestão Autônoma da Medicação. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 136-160, dez. 2017.

Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2023.

COUTO, Maria Cristina Ventura. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 17-40, 2015. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2023

CUBAS, João Mário; VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; CARVALHO, Deborah Ribeiro. Fatores que interferem no acesso aos serviços de saúde mental por crianças e adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S.L.], v. 31, p. 1-12, 29 nov. 2018. Fundação Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2018.8642>. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8642>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DIAS, Joana Angélica Andrade; DIAS, Mauricio Fagner Santos Lima; OLIVEIRA, Zulmerinda Meira; FREITAS, Livia Maria Andrade de; SANTOS, Nilton Cesar Nogueira; FREITAS, Maria da Conceição Andrade. Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da COVID-19. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S.L.], v. 10, p. 1-8, 1 out. 2020. RECOM (Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro). <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v10i0.3795>.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi; CID, Maria Fernanda Barboza; SPERANZA, Marina; COPI, Cleonice Guerrero. A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 454-461, jun. 2019. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctore1660>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/k86SYLnVLpVgzZr7N8y3p/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FOSSI, Luciana Barcellos; REINHEIMER, Fernanda Koch. Acolhimento Coletivo como Espaço de Cuidado: uma análise das demandas em saúde mental na adolescência. **Revista Psicologia e Saúde**, [S.L.], p. 35-48, 9 out. 2019. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v0i0.426>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Acesso em 24 de ago. 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, UNICEF. Impacto da covid-19 na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens é significativo, mas somente a 'ponta do iceberg'. 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/impacto-da-covid-19-na-saude-mental-de-criancas-adolescentes-e-jovens#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%202022,no%20Brasil%2C%20o%20Pode%20Falar>> . Acesso em 24 de ago. 2022.

GALHARDI, Carina Curti; MATSUKURA, Thelma Simões. O cotidiano de adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas: realidades e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 1-12, 5 mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00150816>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QPxPwKFy9bky6hcTwHyCdXC/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MACEDO, João Paulo; FONTENELE, Mayara Gomes; DIMENSTEIN, Magda. Saúde Mental Infantojuvenil: desafios da regionalização da assistência no Brasil / mental health in childhood and adolescence. **Revista Polis e Psique**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 112, 19 fev. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2238-152x.80421>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/80421>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MANUEL, Catarina; FIGUEIREDO, Inês; PRIOSTE, Ana; DUQUE, Tânia; PEREIRA, Catarina. Impacto da Pandemia COVID-19 na Saúde Mental de Crianças e Adolescentes com Perturbação de Hiperatividade e Déficit de Atenção: um estudo transversal. **Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 37-48, 6 jun. 2022. Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental. <http://dx.doi.org/10.51338/rppsm.313>. Disponível em: <https://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/article/view/313>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MATA, Alice Abreu da; SILVA, Ana Carla Ferreira Lana e; BERNARDES, Flávia de Souza; GOMES, Gabriel de Araújo; SILVA, Igor Roriz; MEIRELLES, João Pedro Silva Costa; SOARES, Lara Gomes; GARCIA, Luiz Paulo Cotta; FERREIRA, Maria Beatriz Silva; BERNARDES, Paula de Souza. IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: uma revisão integrativa / the impact of covid-19 pandemic on mental health of children and adolescents. **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 6901-6917, jan. 2021. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312020300402>.

MILIAUSKAS, Claudia Reis; FAUS, Daniela Porto. Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 30, n. 4, p. 1-8, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312020300402>.

OLIVEIRA, Ana Paula França de; SOUZA, Marina Soares de; SABINO, Fabiano Henrique de Oliveira; VICENTE, Aparecido Renan; CARLOS, Diene Monique. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 26, n. , p. 1-8, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0250>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/qHGnGXjh8j8Nm7NRXhp9v7R/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-63982008000200001>.

PETERLE, Carolina Ferreira; FONSECA, Caroline Lima; FREITAS, Bruna Hinnah Borges Martins de; GAÍVA, Maria Aparecida Munhos; DIOGO, Paula Manuela Jorge; BORTOLINI, Juliano. Problemas emocionais e comportamentais em adolescentes no contexto da COVID-19: um estudo de método misto. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**,

[S.L.], v. 30, n. , p. 1-15, jul. 2022. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.6273.3745>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rlae/a/X5nF8pYj8WfyYS5V4HsHbQd/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RIBEIRO, Débora Stephanie; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; DESLANDES, Suely Ferreira. Saúde mental de adolescentes internados no sistema socioeducativo: relação entre as equipes das unidades e a rede de saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 1-11, 12 mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00046617>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/85mYftkPYQYQYf3t36WXXGt/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.

RIBEIRO, Layta Sena; RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza. Narrativas sobre a saúde mental de adolescentes em tempos de coronavírus. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, [S.L.], v. 6, n. 17, p. 273-291, 31 maio 2021. Revista Brasileira de Pesquisa Auto Biografica. <http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426x.2021.v6.n17.p273-291>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/9199>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ROSSI, Lívia Martins; MARCOLINO, Taís Quevedo; SPERANZA, Marina; CID, Maria Fernanda Barboza. Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 1-12, 2019. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00125018>.

SANTOS, Ariella Hasegawa Galvão; AMINO, Denise; LARANJEIRA, Ronaldo Ramos. O Ambulatório Médico de Especialidades de Psiquiatria no início da pandemia de COVID-19. **Debates em Psiquiatria**, [S.L.], v. 12, p. 1-21, 9 jul. 2022. Associação Brasileira de Psiquiatria. <http://dx.doi.org/10.25118/2763-9037.2022.v12.285>. Disponível em:
<https://revistardp.org.br/revista/article/view/285>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SANTOS, Catielle dos. COVID-19 E SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES: VULNERABILIDADES ASSOCIADAS AO USO DE INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS. **Holos**, [s. l.], v. 3, n. 11651, p. 1-14, jun. 2021. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11651>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SCHAEFER, Rafaela; BARBIANI, Rosângela; NORA, Carlise Rigon dalla; VIEGAS, Karin; LEAL, Sandra Maria Cezar; LORA, Priscila Schmidt; CICONET, Rosane; MICHELETTI, Vania Dezoti. Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 9, p. 2849-2858, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018239.11202018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SzJzSft5SxfwQjVTwVxVvny/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, Gabriela Aparecida da; RIBEIRO, Isabely Karoline da Silva; SILVA, Hugo Ricardo Moreira da; REZENDE, Tércia Maria Ribeiro Lima; BELO, Vinícius Silva; ROMANO, Márcia Christina Caetano. Perfil e demandas de saúde de adolescentes escolares. **Revista de Enfermagem da Ufsm**, [S.L.], v. 9, n. 57, p. 1-17, 7 nov. 2019. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2179769233510>. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/33510>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, Jaqueline Ferreira da; MATSUKURA, Thelma Simões; FERIGATO, Sabrina Helena; CID, Maria Fernanda Barboza. Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da atenção básica em saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 23, p. 1-14, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/interface.180630>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7L8GXG5ZSftXW54zWWXVmqc/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SILVA, Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva 175Dilma Ferreira da. Transtornos mentais e pobreza no Brasil: uma revisão sistemática. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**, [s. l.], p. 175-185, dez. 2012. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1214>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SOUSA, Maria Fátima de; PRADO, Elizabeth Alves de Jesus; LELES, Fernando Antonio Gomes; ANDRADE, Natália Fernandes de; MARZOLA, Rogério Fagundes; BARROS, Fernando Passos Cupertino de; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Potencialidades da Atenção Básica à Saúde na consolidação dos sistemas universais. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 43, n. 5, p. 82-93, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042019s507>.

SOUZA, Larissa Barros de; PANÖNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 251-269, jun. 2019. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1812>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOUZA, Thaís Thaler; MORAES, Eliana Maria de; LÖCIO, Gialile de Sá; COELHO, Patrícia de Fátima; FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi; CID, Maria Fernanda Barboza. Saúde mental de crianças e adolescentes na atenção básica durante pandemia: um relato de experiência. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, [S.L.], v. 9, p. 832, 2 jul. 2021. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. <http://dx.doi.org/10.18554/refacs.v9i0.4952>. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/4952>. Acesso em: 11 jul. 2023.

TAVARES, Viviane. Saúde mental: especialistas falam sobre os desafios no cuidado de jovens e adolescentes. 2021, Acesso em 29 de set. 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/saude-mental-especialistas-falam-sobre-os-desafios-no-cuidado-de-jovens-e-adolescentes>>.

TEIXEIRA, Patrícia Espíndola de Lima; TESSARO, Luiz Gustavo Santos. Promoção da saúde mental de adolescentes e jovens em contextos educativos: elaboração de um guia de cuidado humano. **Cadernos do Aplicação**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 473-482, 28 abr. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2595-4377.111123>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111123>. Acesso em: 06 jul. 2023.

VAZQUEZ, Daniel Arias; CAETANO, Sheila C.; SCHLEGEL, Rogerio; LOURENÇO, Elaine; NEMI, Ana; SLEMIAN, Andréa; SANCHEZ, Zila M.. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**,

[S.L.], v. 46, n. 133, p. 304-317, abr. 2022. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202213304>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/XTMw5xNXxS4zK9BK3pbBxxg/>. Acesso em: 10 jul. 2023.